



Universidade de Brasília

Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas

Departamento de Administração

Curso de Especialização (*Lato Sensu*) em Gestão Pública Municipal

CLEUNEOLICE FERREIRA PAULA

**ANÁLISE DAS CONDICIONALIDADES DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO
MUNICÍPIO DE BARRA DO GARÇAS**

Brasília – DF

2019

FICHA CATALOGRÁFICA

PAULA, Cleuneolice Ferreira.

Análise das condicionalidades do Programa Bolsa Família no município de Barra do Garças /Cleuneolice Ferreira Paula, Brasília: Universidade de Brasília, Orientador: Prof. Nilton Oliveira da Silva,2019.

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) – Especialização em Gestão Pública Municipal – Brasília-DF, Universidade de Brasília, 2019.

Bibliografia.

1. Cadastro Único. 2. Programa Bolsa Família. 3. Condicionalidades.

Universidade de Brasília – UnB

Reitora:

Prof^a. Dr^a. Márcia Abrahão Moura

Vice-Reitor:

Prof. Dr. Enrique Huelva

Decana de Pós-Graduação:

Prof^a. Dr^a. Helena Eri Shimizu

Diretor da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão

Pública:

Prof. Dr. Eduardo Tadeu Vieira

Chefe do Departamento de Administração:

Prof. Dr. José Márcio Carvalho

Coordenadora do curso de Especialização em Gestão Pública Municipal

Profa. Dr^a. Fátima de Souza Freire

CLEUNEOLICE FERREIRA PAULA

**ANÁLISE DAS CONDICIONALIDADES DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO
MUNICÍPIO DE BARRA DO GARÇAS**

Monografia apresentada ao Departamento de Administração como requisito parcial à obtenção do certificado de especialista (*lato sensu*) em Gestão Pública Municipal.

Professor Orientador: Esp. Nilton Oliveira da Silva

Brasília – DF

2019

CLEUNEOLICE FERREIRA PAULA

**ANÁLISE DAS CONDICIONALIDADES DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO
MUNICÍPIO DE BARRA DO GARÇAS**

A Comissão Examinadora, abaixo identificada, aprova o Trabalho de Conclusão do Curso de especialização em Gestão Pública Municipal da Universidade de Brasília da aluna

CLEUNEOLICE FERREIRA PAULA

Especialista, Nilton Oliveira da Silva
Professor-Orientador

Doutora, Fátima de Souza Freire
Professor-Examinador

Especialista, Valdemir Regis Ferreira de Oliveira
Professor-Examinador

Brasília, 20 de junho de 2019

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por ter me permitido chegar até aqui. A minha mãe Elismar, meu pai Izomar, minha irmã Crisnária, meu namorado Suélcio e minha cunhada Joice que me apoiaram incondicionalmente na realização deste curso. Agradeço também ao meu orientador por me auxiliar na construção deste trabalho e a todos que direta ou indiretamente contribuíram de alguma forma para que o mesmo fosse realizado.

RESUMO

O presente estudo teve como objetivo analisar as taxas de cumprimento das condicionalidades do programa Bolsa Família no ano de 2018, bem como os desafios que os gestores municipais encontram para que as famílias que são beneficiárias do Programa cumpram as condicionalidades, bem como as ações que estão sendo realizadas para diminuir as taxas de descumprimentos. A metodologia utilizada foi a revisão bibliográfica, a análise de gráficos e o questionário que foi aplicado aos gestores municipais da Assistência Social, Educação e Saúde. A partir dos dados coletados verificou a existência de várias dificuldades para que as famílias cumpram as condicionalidades do PBF, sendo que elas mudam de endereço e telefone frequentemente e não informam esses dados no Cadastro Único e quando caem nas condicionalidades a gestão municipal não consegue localizá-las. O município não realiza reuniões com frequência para discutir as estratégias de como diminuir as taxas de condicionalidade do programa, somente quando algum gestor enfrenta alguma dificuldade a fim de discutir estratégias para resolvê-la. O município não encontrou muitos problemas no cumprimento das condicionalidades da educação, uma vez a taxa de cumprimento é de 96,59%. Já nas condicionalidades da saúde o município está enfrentando dificuldades para o seu cumprimento, sendo que a taxa de cumprimento é de 47,15%, muito abaixo da média nacional, que é 77,15%, necessitando desenvolver ações informativas e busca ativa das famílias beneficiárias do programa.

Palavras-chave: Cadastro Único; Programa Bolsa Família; Condicionalidades.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Calendário de 2019 para o registro das condicionalidades de educação do PBF	8
Quadro 2 - Calendário de 2019 para o registro das condicionalidades de saúde do PBF.....	9
Quadro 3 - Calendário de Recursos — 2019	10
Quadro 4 – Taxas do IGD	14

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Acompanhamento das condicionalidades de educação - público de 6 a 17 anos...18	18
Gráfico 2 - Acompanhamento das condicionalidades de saúde - gestantes e crianças de 0 a 7 anos.....	18
Gráfico 3 - Acompanhamento das condicionalidades de saúde - gestantes e crianças de 0 a 7 anos.....	19
Gráfico 4 - Quantidade de crianças de 0 a 6 anos acompanhadas pela saúde	19
Gráfico 5 - Número de repercussões por tipo de repercussão (6 a 15 anos)	20
Gráfico 6 - Número de repercussões por tipo de repercussão (16 e 17 anos)	20

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CMAS - Conselho Municipal de Assistência Social
CRAS – Centro de Referência de Assistência Social
CREAS – Centro de Referência Especializada de Assistência Social
FMAS – Fundo Municipal de Assistência Social
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IGD – Índice de Gestão Descentralizada
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social
MEC – Ministério da Educação
MS – Ministério da Saúde
PBF – Programa Bolsa Família
PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
PTR - Programa de Transferência de Renda
PTRC - Programas de Transferência de Renda Condicionados
SIBEC – Sistema de Benefícios ao Cidadão
SICON - Sistema de Condicionalidades
SUAS - Sistema Único de Assistência Social
TAAS - Taxa de Acompanhamento da Agenda de Saúde
TAC - Taxa de Atualização Cadastral
TAFE - Taxa de Acompanhamento da Frequência Escolar

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	1
1.1	Contextualização	1
1.2	Formulação do problema	2
1.3	Objetivo Geral.....	3
1.4	Objetivos Específicos	3
1.5	Justificativa	3
2	REVISÃO TEÓRICA	5
2.1	Programa Bolsa Família.....	5
2.1.1	Condicionalidades do PBF.....	7
2.2	Índice de Gestão Descentralizada.....	12
3	MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA.....	16
3.1	Tipologia e descrição geral dos métodos de pesquisa	16
3.2	Caracterização da organização, setor ou área <i>lócus</i> do estudo.....	16
3.3	População e amostra ou Participantes da pesquisa.....	16
3.4	Caracterização e descrição dos instrumentos de pesquisa	17
3.5	Procedimentos de coleta e de análise de dados	17
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO	18
5	CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES.....	23
	REFERÊNCIA.....	25
	APÊNDICE A – Questionário 1	28
	APÊNDICE B - Questionário 2	30
	APÊNDICE C – Questionário 3	32

1 INTRODUÇÃO

O Bolsa Família é um programa de transferência de renda direta com condicionalidades para atender as famílias em situação de pobreza e extrema pobreza no Brasil e tem como objetivo melhorar a situação dessas famílias, criado pela Medida Provisória nº. 132, sendo convertida pela Lei nº 10.836 de 09 de janeiro de 2004. (BRASIL, 2017)

A seleção das famílias que irão participar do PBF é realizada através do Cadastro Único, que é um instrumento de identificação e caracterização socioeconômica das famílias de baixa renda e obrigatório para a participação nos programas sociais do Governo Federal. (BRASIL, 2007).

O programa Bolsa Família é executado através de três dimensões: o alívio imediato da pobreza, realizado pela transferência de renda às famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, a ruptura do ciclo intergeracional da pobreza através dos serviços sociais básicos de saúde, educação e assistência social e através de programas e ações complementares desenvolvidos pela assistência social a fim de qualificar a oferta de serviços e auxiliar no desenvolvimento das famílias, a fim de que superem a situação de vulnerabilidade social em que se encontram.(AGATTE, XIMENES, 2011)

1.1 Contextualização

As condicionalidades dos Programa Bolsa Família são compromissos que as famílias e o poder público assumem para garantir o acesso aos serviços básicos de saúde e educação, que são direitos fundamentais e básicos para romper o ciclo intergeracional da pobreza. Isso significa que o programa luta para que a situação de pobreza de uma geração não se repita nas gerações futuras. Desta forma, as crianças e adolescentes que cumprem as condicionalidades da saúde e da educação poderão ter uma condição de vida melhor que seus pais ou responsáveis. (AGATTE, XIMENES, 2011)

Estas condicionalidades consistem em matricular as crianças e adolescentes na escola e ter uma frequência escolar mínima de 85% para crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos e de 75% para jovens de 16 e 17 anos, fazer o acompanhamento do calendário das vacinas, do

crescimento e desenvolvimento das crianças com até 7 anos, realizar o pré-natal para gestantes e puerpério. (AGATTE, XIMENES, 2011)

A pesquisa foi realizada no município de Barra do Garças – MT, no mês de abril de 2019, onde foram analisados dados referentes ao cumprimento das condicionalidades do programa Bolsa Família, bloqueios e cancelamentos dos benefícios que ocorreram no ano de 2018 e quais ações os gestores estão realizando para diminuir os descumprimentos das condicionalidades.

1.2 Formulação do problema

A condicionalidade da educação também foi criada com o objetivo de diminuir o trabalho infantil no país, que, segundo dados da PNAD Contínua realizada pelo IBGE, de um total de 40,1 milhões de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos, 1,8 milhão de crianças estavam ocupadas na semana de referência da pesquisa, perfazendo um total de 4,6%.

Outra condicionalidade do programa é o acompanhamento da saúde da família, garantindo assim que as vacinas das crianças e adolescentes estejam em dia, as mulheres grávidas realizem o pré-natal e as famílias tenham um acompanhamento nos postos de saúde da família dos municípios. Portanto, nem todas as famílias beneficiárias do programa cumprem estas condicionalidades e, com isso, podem sofrer alguns efeitos que vão desde a advertência, passando pelo bloqueio e suspensão do benefício, podendo chegar ao cancelamento do mesmo em caso de reincidências desses descumprimentos. Estes efeitos podem indicar possíveis vulnerabilidades que as famílias estão vivenciando, demonstrando que elas não estão tendo acesso aos seus direitos básicos à saúde e à educação. Desta forma o poder público deve auxiliar estas famílias a superar a situação de vulnerabilidade social e voltar a cumprir as condicionalidades. (BRASIL, 2015)

O PBF utiliza a intersetorialidade para alcançar seus objetivos, compreendendo a participação dos usuários, dos profissionais e gestores da Educação, Saúde e Assistência Social para a implementação de projetos e programas voltados aos usuários do programa, identificando os problemas e as soluções que surgem, considerando as particularidades das famílias. (BRASIL, 2015)

Em vista disso, o problema de pesquisa se apresenta da forma da seguinte interrogação: As condicionalidades da saúde e educação do município de Barra do Garças estão sendo

cumpridas e quais ações os gestores estão realizando para que as famílias cumpram as condicionalidades?

1.3 Objetivo Geral

Analisar se as famílias beneficiárias do PBF estão cumprindo as condicionalidades da saúde e educação do programa.

1.4 Objetivos Específicos

- Verificar o papel da administração pública no cumprimento das condicionalidades do PBF;
- Levantar quais ações estão sendo realizadas para o cumprimento das condicionalidades da educação e saúde pelas famílias beneficiárias do programa.

1.5 Justificativa

A escolha deste tema foi realizada devido à grande quantidade de famílias que não estão cumprindo as condicionalidades da saúde e da educação no município de Barra do Garças-MT. Seu objetivo é analisar estes descumprimentos, se estão influenciando na suspensão, no bloqueio ou no cancelamento do benefícios e se estes descumprimentos estão influenciando no repasse de verbas do Governo Federal para o município.

O município de Barra do Garças possui 3.549 famílias que são beneficiárias do PBF, totalizando 16,47% da população e dentre estas estão incluídas 831 famílias que estariam em situação de extrema pobreza sem o auxílio do programa. Nestas famílias haviam 4.284 crianças e jovens que possuem idade entre 6 e 17 anos que necessitavam ter a frequência escolar acompanhada pelo gestor da Educação e da Assistência Social no último bimestre do ano de

2018, no qual apenas 4.136 tiveram suas frequências acompanhadas, totalizando 96,55%. (BRASIL, 2019)

Na área da saúde, havia 2.823 famílias que deveria fazer o acompanhamento nos postos de saúde, porém apenas 1.331 teve este acompanhamento, correspondendo a 47,15% das famílias que deveriam levar as crianças para verificar o peso e altura, as gestantes realizar o pré-natal e verificar se as vacinas das crianças estão em dia. (BRASIL, 2019)

2 REVISÃO TEÓRICA

Nesta seção do presente trabalho será apresentado como surgiu o Programa Bolsa Família, suas condicionalidades e o índice de gestão descentralizada.

2.1 Programa Bolsa Família

O Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda que atende as famílias que estão vivendo uma situação de pobreza e extrema pobreza. Para participar do programa as famílias devem ter o seu cadastro atualizado nos últimos 24 meses e possuir uma renda per capita mensal de R\$ 89,00 quando não há crianças ou adolescentes no quadro familiar ou de R\$ 89,01 a R\$ 178,00, quando em sua composição há crianças ou adolescentes de 0 a 17 anos. (BRASIL, 2019)

Conforme a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004 o Programa Bolsa Família foi criado com a unificação de programas que já estavam implantados no país:

- a) Programa Nacional de Renda Mínima vinculado à Educação - Bolsa Escola, criado pela Lei nº 10.219, de 11 de abril de 2001;
- b) Programa Nacional de Acesso à Alimentação - PNAA, instituído pela Lei nº 10.689, de 13 de junho de 2003;
- c) Programa Nacional de Renda Mínima vinculada à Saúde - Bolsa Alimentação, criado pela Medida Provisória nº 2.206-1, de 6 de setembro de 2001, e
- d) O Programa Auxílio-Gás, instituído pelo Decreto nº 4.102, de 24 de janeiro de 2002, e do Cadastramento Único do Governo Federal, instituído pelo Decreto nº 3.877, de 24 de julho de 2001.

O Programa Bolsa Escola foi criado pelo senador Cristovam Buarque nos anos de 1995 a 1998, mas foi implantado somente no Distrito Federal, durante o seu mandato de governador e o seu nome era Bolsa Família para a Educação. Seu objetivo era vincular a transferência de renda à educação, repassando meio salário mínimo para as famílias que os filhos estivessem matriculados e frequentando as aulas (CARVALHO, 2014).

No ano de 2001, o presidente Fernando Henrique Cardoso implementou o Programa Bolsa Família no âmbito federal através da Lei nº 10.210, de 11 de abril de 2001, que consistia na

junção de diferentes programas de cunha social e estava incluído nos Programas de Transferência Condicionada de Renda. Em 2004, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, substituiu o nome do programa Bolsa Escola para Bolsa Família ampliando a abrangência do programa e unificando os programas já existentes. A partir daí o MDS passou a administrar o PBF, sendo ele também responsável pela gestão e operacionalização do Cadastro Único. O MDS é responsável por articular os gestores estaduais, do Distrito Federal e municipais para implementar o PBF e o Cadastro Único, bem como fazer o seu acompanhamento e fiscalização. (CARVALHO, 2014)

O programa Bolsa Família é composto de vários benefícios:

- Benefício básico: é destinado as famílias que estão em situação de extrema pobreza, ou seja, possui renda per capita de até R\$89,00 e possui o valor de R\$ 89,00 por mês;
- Benefícios variáveis: é composto pelo benefício variável que está vinculado as crianças ou adolescentes que possuem idade entre 0 e 15 anos, o benefício variável que está vinculado à gestante e o benefício vinculado à nutriz, sendo permitido o acúmulo de até cinco benefícios por família.
 - ✓ Benefício variável vinculado a criança ou adolescente: é destinado as famílias com renda per capita de até R\$ 178,00 e possui crianças e adolescente de 0 a 15 anos na composição familiar, seu valor é R\$ 41,00 por beneficiário e é exigida a frequência da escola das crianças e adolescentes que possuem idade entre 6 e 15 anos.
 - ✓ Benefício vinculado à gestante: é o benefício composto por nove parcelas mensais de R\$ 41,00, concedido às famílias com renda per capita mensal até R\$ 178,00, que possuem grávidas em sua composição. Para o benefício ser concedido, a gravidez deve ser identificada na área da saúde e identifica no Sistema Bolsa Família na Saúde.
 - ✓ Benefício vinculado à nutriz: é o benefício composto por seis parcelas mensais de R\$ 41,00 pago as famílias que possuem em sua composição crianças de 0 a 6 meses de idade e tem como objetivo reforçar a alimentação do bebê. Para que o mesmo seja concedido é necessário que os dados do bebê sejam inseridos no Cadastro único até o mesmo completar seis meses de vida.
- Benefício variável vinculado ao adolescente: é o benefício pago às famílias com renda per capita de até R\$ 178,00 e com adolescentes que possuem idade entre 16 e 17 anos. O valor do benefício é de R\$ 48,00 mensal para cada beneficiário, sendo permitido o acúmulo de até dois benefícios por família e é exigida a frequência escolar desses adolescentes.

Benefício de Superação á Extrema Pobreza: é um benefício para as famílias que estão em situação de extrema pobreza e a soma da sua renda familiar mensal com os benefícios básicos recebidos pelo PBF é inferior a R\$ 89,00 per capita. O cálculo do benefício é o resultado da diferença entre R\$ 89,01 e a soma da renda familiar por mês com os benefícios variáveis recebidos pela família, multiplicado pela quantidade de pessoas que a família possui, sendo arredondado para um múltiplo de 2 subsequente. (BRASIL, 2018)

2.1.1 Condicionais do PBF

A gestão das condicionalidades do PBF é um trabalho realizado em parceria com os três níveis de governo e entre vários setores e é dividido em várias etapas:

✓ Identificação do público alvo que necessitará ser acompanhado pelos gestores da Educação e da Saúde

Periodicamente, o MDS cria uma base de dados a partir do Cadastro Único com a lista das famílias que necessitam fazer o acompanhamento das condicionalidades, sendo aquelas que constam em seu quadro familiar crianças e adolescentes com idade entre 6 e 17 anos que necessitam ter a frequência escolar verificada no Sistema Presença, que é o sistema que as escolas lançam as presenças dos alunos beneficiários do PBF. Nesta lista contém também as famílias que possuem crianças de 0 a 6 anos que precisam verificar se as vacinas estão em dia, ter o acompanhamento do peso e da altura, além das mulheres em idade fértil com o objetivo de identificar as gestantes e fazer o acompanhamento do pré-natal. (BRASIL, 2015)

✓ Envio das famílias para serem acompanhadas pela educação e saúde

A partir dos dados que estão registrados na base do Cadastro Único, o MDS encaminha para o Ministério da Educação e da Saúde as listas com as famílias que serão acompanhadas naquele bimestre pela Educação e no semestre pela Saúde através de sistemas específicos, que são o Sistema Presença e o Sistema de Gestão do Programa Bolsa Família na Saúde, onde o MEC e o MS vão disponibilizar esses dados aos municípios. (BRASIL, 2015)

✓ **Períodos para a realização do acompanhamento das condicionalidades do PBF e o registro das informações nos sistemas**

Para fazer estes acompanhamentos, o MDS, o MEC e o MS determinam um calendário que mostra os períodos para coletar os dados e registrar as informações coletadas nos sistemas da saúde e da educação, sendo que este é publicado anualmente através de uma Instrução Operacional do MDS. (BRASIL, 2015)

O acompanhamento da educação é realizado cinco vezes no ano, bimestralmente, exceto os meses de dezembro e janeiro, que são destinados as férias, conforme o quadro abaixo.

Quadro 1

Calendário de 2019 para o registro das condicionalidades de educação do PBF

Período de Acompanhamento	Período de coleta e registro no Sistema Presença/MEC		
	Abertura do sistema para impressão dos formulários	Abertura para registro	Encerramento (Fechamento do Sistema)
fev/mar	14/03/2018	01/04/2018	26/04/2018
abr/mai	17/05/2018	01/06/2018	28/06/2018
jun/jul	16/07/2018	01/08/2018	23/08/2018
ago/set	18/09/2018	01/10/2018	30/10/2018
out/nov	14/11/2018	30/11/2018	21/12/2018

Fonte: BRASIL

O acompanhamento da saúde é realizado semestralmente, em dois períodos, chamados de vigências, conforme quadro a seguir.

Quadro 2

Calendário de 2019 para o registro das condicionalidades de saúde do PBF

Período de Acompanhamento	Período de coleta e registro no Sistema de Gestão do PBF na Saúde			
	Início da coleta	Abertura do sistema para registro	Final da coleta	Fechamento do sistema
1ª vigência (janeiro a junho)	1º/01/2018	27/02/2018	30/06/2018	02/07/2018
2ª vigência (julho a dezembro)	1º/07/2018	06/08/2018	31/12/2018	31/12/2018

Fonte: BRASIL

✓ **Consolidação dos resultados do acompanhamento**

Após a coleta dos dados, O MDS sistematiza os resultados das informações do acompanhamento das condicionalidades por meio do Sicon, com o intuito de identificar as famílias que não foram acompanhadas ou que descumpriram as condicionalidades, ou seja, aquelas em que um ou mais integrantes não cumpriram os compromissos assumidos com a educação ou saúde. Os estudantes que tiveram a frequência escolar baixa, as crianças com as vacinas e acompanhamento de peso e altura desatualizados e as gestantes que não fizeram o pré-natal sinalizam que estão com dificuldade de ter acesso a esses serviços, podendo ser um indício de vulnerabilidade e risco social. (BRASIL, 2015)

✓ **Efeitos do descumprimento das condicionalidades sobre os benefícios, aviso às famílias e recursos apresentados pelas famílias**

Os efeitos são aplicados às famílias que descumpriram as condicionalidades do programa, repercutindo nos benefícios das mesmas, variando de acordo com o histórico de descumprimentos dos compromissos pelas famílias. Os descumprimentos são registrados no Sicon, que é o sistema onde o gestor municipal possui acesso aos descumprimentos e as repercussões dos benefícios das famílias. As famílias tomam conhecimento desses efeitos através de notificação no extrato de pagamento do benefício ou cartas enviadas pelo MDS e, em caso de dúvidas, são recomendadas a procurar a gestão municipal do PBF. (BRASIL, 2015)

Os benefícios podem sofrer os seguintes efeitos caso as famílias não cumpram as condicionalidades do programa:

- **Advertência:** a família recebe o comunicado de que algum membro não cumpriu alguma condicionalidade, porém continua recebendo o benefício normalmente.

- Bloqueio: a família tem o seu benefício bloqueado por um mês e no próximo mês é permitido sacar as duas parcelas do benefício.
- Suspensão: a família tem o seu benefício suspenso por dois meses e não poderá receber os valores referente ao período que estava suspenso.
- Cancelamento: a família tem o seu benefício cancelado e deixa de participar do PBF. (BRASIL, 2015)

✓ Recursos

Quando o descumprimento das condicionalidades couberem justificativas, seja por situação ocorrida na família ou por erro de registro dos dados, o beneficiário pode realizar o recurso perante a gestão do Bolsa Família no município, a fim de reverter o efeito que foi aplicado, sendo que este deve ser registrado e avaliado pela gestão municipal no Sicon. (BRASIL, 2015)

Os recursos possuem prazo para serem apresentados perante a gestão municipal, que é o último dia útil do mês subsequente ao da repercussão, conforme quadro abaixo:

Quadro 3

Calendário de Recursos — 2019

Mês da aplicação de efeitos	Períodos de acompanhamento da saúde que impactam na aplicação de efeitos	Períodos de acompanhamento da educação que impactam na aplicação de efeitos	Prazos para registro e avaliação de recursos administrativos
Março/2018	2ª vigência de 2017	Out/Nov – 2017	30/4/2018
Maio/2018	-	Fev/Mar – 2018	29/06/2018
Julho/2018	-	Abr/Mai – 2018	31/8/2018
Setembro/2018	1ª vigência de 2018	Jun/Jul – 2018	31/10/2018
Novembro/2018	-	Ago/Set – 2018	31/1/2019

Fonte: BRASIL

✓ **Análise e sistematização das informações para subsidiar outras políticas públicas**

A análise das condicionalidades auxilia os gestores a identificar as situações de vulnerabilidade e risco social que podem estar acontecendo com as famílias mais pobres. A partir destas análises poderão ser criadas ou aprimoradas políticas públicas já existentes e que não estão surtindo efeito. Esses dados monitoram os municípios e estados, fazendo uma comparação do número de crianças com baixo peso e sobrepeso, a falta de transporte escolar, a falta de ofertas dos serviços, a falta de escolas em determinados locais distantes do município, entre outros motivos que podem justificar os descumprimentos, comparando os mesmos em diversos períodos do ano para identificar se houve um aumento ou diminuição destas situações. (BRASIL, 2015)

✓ **Trabalho social com as famílias**

Após a gestão municipal tomar conhecimento dos motivos que levaram as famílias a descumprirem as condicionalidades, a gestão pode fazer o planejamento, a gestão e a prestação de serviços socioassistenciais aos beneficiários. Estes serviços podem ser o acompanhamento familiar, que é um serviço prestado pela assistência social dos municípios, que é ofertado prioritariamente as famílias que tiveram seu benefício suspenso. A partir deste acompanhamento realizado pela assistência social é possível identificar os riscos e as situações de vulnerabilidade que a família está passando e encaminhá-las para outros órgãos, quando necessários, como o CRAS ou CREAS do município. Esse acompanhamento vai auxiliar as famílias a superar a situação de vulnerabilidade que estão passando e a enfrentar os riscos. (BRASIL, 2015)

Após a gestão municipal tomar conhecimento dos motivos que levaram as famílias a descumprirem as condicionalidades, a gestão pode realizar o planejamento, a gestão e a prestação de serviços socioassistenciais aos beneficiários. Estes serviços podem ser o acompanhamento familiar, que é um serviço prestado pela assistência social dos municípios, que é ofertado prioritariamente as famílias que estão com o benefício suspenso. A partir deste acompanhamento realizado pela assistência social é possível identificar os riscos e as situações de vulnerabilidade que a família está passando e encaminhá-las para outros órgãos, quando necessários, como o CRAS ou CREAS do município. Esse acompanhamento vai auxiliar as famílias a superar a situação de vulnerabilidade que estão passando e a enfrentar os riscos. (BRASIL, 2015)

O programa atende beneficiários de pobreza e extrema pobreza, tendo de enfrentar diversas condições de bastante complexidades e possui como consequência a renda insuficiente,

a insegurança alimentar e nutricional, baixa escolaridade, qualificação profissional, a fragilidade na inserção no mercado de trabalho, o acesso precário à moradia e à saúde, entre outros fatores que determinam estas condições. (LIMA; ZANGIROLANI, 2016).

As condicionalidades da educação e da saúde do PBF foram criadas com o objetivo de facilitar o aumento das capacidades das pessoas, levando em conta o combate à pobreza. Partindo do pressuposto de que os filhos das pessoas mais pobres, através do acesso à educação e a saúde aumentariam o seu Capital Humano, desta forma teriam maiores possibilidades de sair da condição de pobreza e ingressar no mercado de trabalho quando estes ficarem adultos. (PIRES, 2013).

A partir de uma análise realizada por KERSTENETZKY e BRITO (2011) dos dados contidos no suplemento especial do Programa Bolsa Família da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) de 2006 verificou que a porcentagem de crianças com idade entre 10 e 15 anos que recebem o PBF exerceu alguma atividade remunerada na semana de referência da pesquisa, sendo uma porcentagem maior comparada com crianças que não recebem o benefício. Segundo a PNAD de 2006 15,1% das crianças entre 10 e 15 anos que recebem o PBF trabalharam na semana da pesquisa e 8,6% das crianças com esta mesma idade que não recebe o benefício trabalharam no mesmo período.

As autoras veem com preocupação o resultado desta pesquisa, uma vez que o valor pago às famílias não está sendo suficiente para que estas crianças deixem de trabalhar, contrariando um dos objetivos do PBF, que é diminuir o trabalho infantil. Desta forma este resultado parece ser contraditório, pois se as famílias estão recebendo o benefício, a frequência escolar das crianças deveria ser maior e deveria diminuir a quantidade de crianças trabalhando, visto que se as famílias não estivessem recebendo o benefício, aumentaria as chances de necessidades das crianças trabalharem para complementar a renda da família. Desta forma, pode-se pensar na possibilidade de que o valor que as famílias recebem não são suficientes para deter o trabalho infantil, pois as há uma porcentagem considerável de crianças, conforme pesquisa, trabalhando para complementar a renda familiar. (KERSTENETZKY, BRITO, 2011)

2.2 Índice de Gestão Descentralizada

Além de influenciar no benefício das famílias, as condicionalidades do PBF também influencia nos repasses de verbas que são repassadas pelo governo federal para os municípios

e estados. O Índice de Gestão Descentralizada é um indicador desenvolvido pelo MDS que demonstra a qualidade da gestão municipal do PBF e do Cadastro Único, onde vai refletir os compromissos que os estados, municípios e Distrito Federal assumiram com a adesão ao programa. O IGD-M é relacionado aos municípios e ao Distrito Federal e o IGD-E se refere aos estados. Estes índices variam de 0 a 1 e é a partir dele que o MDS calcula o valor dos recursos que serão repassados aos entes federados. (BRASIL, 2018)

De acordo com o site do MDS, através da pactuação realizada pelos estados, municípios e o MDS, os gestores municipais e estaduais são os responsáveis pela aplicação desses recursos. Os gestores da Saúde, Educação e Assistência Social devem planejar e articular juntos quais as demandas e necessidades que a gestão municipal do Cadastro Único e do PBF enfrentam. As despesas devem ser executadas conforme a legislação das despesas da Administração Pública e a prestação de contas desses recursos deve ser realizada pelos gestores dos Fundos, com supervisão do gestor do PBF aos Conselhos Estaduais e Municipais de Assistência Social. (BRASIL, 2018)

O cálculo do IGD-M é realizado através da seguinte fórmula:

$$\text{IGD-M} = \text{Fator I} \times \text{Fator II} \times \text{Fator III} \times \text{Fator IV}$$

O Fator I é o fator de operação que corresponde à média aritmética simples das seguintes variáveis:

$$\frac{TAC + \left[\frac{TAFETAAS}{2} \right]}{2}$$

- TAC: é calculada pela divisão do total dos cadastros das famílias que estão válidos e que possuem renda per capita até meio salário mínimo que estão atualizados nos últimos dois anos, pelo total de cadastros das famílias com renda per capita até meio salário mínimo no Cadastro Único no município;
- O resultado do acompanhamento das condicionalidades do PBF é composto pela média aritmética simples das taxas:
- ✓ TAFE: é calculada pela divisão do somatório do número de crianças e adolescentes que pertencem às famílias que são beneficiárias do PBF e possuem perfil na educação no município e possuem as informações de frequência escolar, pelo número total de crianças e adolescentes que pertencem às famílias beneficiárias do PBF e possuem perfil na educação no município;

- ✓ TAAS: é calculada pela divisão do público que possui perfil da saúde no município e possui as informações de acompanhamento de condicionalidade da saúde, pelo número total de público que possui perfil da saúde no município. (BRASIL, 2018)
- ✓ O Fator II é o fator que corresponde a adesão ao SUAS, que mostra se o município já fez a adesão ao SUAS, conforme a NOB/SUAS. O Fator III é o fator que corresponde a comprovação dos gastos dos recursos do IGD-M, indicando se o gestor do FMAS lançou no Suas Web a comprovação dos gastos ao CMAS que indica se o gestor do FMAS lançou no sistema informatizado do MDS (SuasWeb) a comprovação de gastos ao CMAS. O Fator IV é o fator de informação que mostra a aprovação total da comprovação dos gastos dos recursos do IGD-M pelo CMAS e indica se o Conselho registrou no SuasWeb a aprovação total das contas que foram apresentadas pelo gestor do FMAS. (BRASIL, 2018)

No quadro abaixo consta as taxas do IGD do município de Barra do Garças, tendo como referência o mês de janeiro de 2019.

Quadro 4
Taxas do IGD

1 - Crianças e adolescentes das famílias do PBF com frequência escolar informada	4.110	01/2019
2 - Total de crianças e adolescentes das famílias do PBF no município	4.255	01/2019
3 - TAFE - Taxa de Acompanhamento de Frequência Escolar (item 1 / item 2)	0,96	01/2019
4 - Famílias do PBF com condicionalidades de saúde informada	1.331	01/2019
5 - Total de famílias com perfil saúde no município	2.823	01/2019
6 - TAAS - Taxa de Acompanhamento de Agenda de Saúde (item 4 / item 5)	0,47	01/2019
7 - Atualizações de cadastros - Perfil CadÚnico até 1/2 salário mínimo	6.732	01/2019
8 - Cadastros de Famílias com Perfil CadÚnico até 1/2 salário mínimo	7.686	01/2019
9 - TAC - Taxa de Atualização Cadastral (item 7 / item 8)	0,87	01/2019

10 - Fator 1: Operação ((TAFE+TAAS) / 2 + TAC / 2)	0,79	01/2019
11 - Fator 2: Adesão ao SUAS	1,00	01/2019
12 - Fator 3: Comprovação de Gastos pelo FMAS	1,00	01/2019
13 - Fator 4: Aprovação da Comprovação de Gastos pelo CMAS	1,00	01/2019
14 - IGD-M (Fator 1 x Fator 2 x Fator 3 x Fator 4)	1	01/2019
15 - Estimativa total de famílias de baixa renda no município - perfil CadÚnico	5.931	01/2019
16 - Quantidade de famílias consideradas para cálculo do repasse	5.931	01/2019
17 - Valor Calculado sem Incentivos (item 14 x R\$ 3,25 x item 16)	15.368,56	01/2019
18 - Incentivo 1 - Proporção de famílias em fase de suspensão em acompanhamento Familiar	80,92	01/2019
19 - Incentivo 2 - Dados da gestão municipal no SIGPBF atualizados há menos de 1 ano	768,43	01/2019
20 - Valor Total de Incentivos (item18 + item 19)	849,35	01/2019
21 - Valor Calculado com Incentivos (Item 17 + Item 20)	16.217,91	01/2019
22 - Teto de repasse do IGD-M	21.203,33	01/2019
23 - Valor repassado no mês	16.217,91	01/2019
24 - Motivo(s) que impede(m) o repasse		01/2019

Fonte: BRASIL

3 MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA

3.1 Tipologia e descrição geral dos métodos de pesquisa

Neste trabalho utilizou a pesquisa descritiva e a abordagem mista, utilizando dados primários e secundários, documentos, Leis, artigos, que foram pesquisados através de sites de pesquisa como o SCIELO e o google acadêmico, analisou os dados dos cumprimentos das condicionalidades do PBF e do repasse do IGD do ano de 2018, que foram extraídos do site do MDS e foram aplicados questionários com os gestores municipais (Saúde, Assistência Social e Educação) a fim de coletar informações sobre as principais dificuldades encontradas para que as famílias cumpram as condicionalidades do PBF, bem como as ações que estes gestores estão realizando para que as famílias entendam como funcionam as condicionalidades do programa e entendam a importância do cumprimento das mesmas.

3.2 Caracterização da organização, setor ou área *locus* do estudo

O município de Barra do Garças está localizado aos pés da Serra Azul, no estado de Mato Grosso, sendo banhado pelos rios Garças e Araguaia e segundo o IBGE possui uma população estimada em 60.661 pessoas. A sua taxa de escolarização de 6 a 14 anos é 96,3% e seu IDH é 0,748.

Atualmente o município é considerado como um grande polo educacional, de saúde, comercial e turístico do estado, pois possui várias serras com cachoeiras, rios, praias e águas termais. (BRASIL, 2019)

3.3 População e amostra ou Participantes da pesquisa

Os gestores da Assistência Social, Saúde e Educação que trabalham na Prefeitura Municipal de Barra do Garças – MT.

3.4 Caracterização e descrição dos instrumentos de pesquisa

Para a realização da pesquisa foram utilizados três questionários que foram aplicados aos gestores da Assistência Social, da Saúde e da Educação e gráficos que constam no site do MDS onde mostram as quantidades de famílias que cumpriram as condicionalidade do PBF Bolsa Família, as advertências, bloqueios e os cancelamentos que esses benefícios sofreram em virtudes do não cumprimento das condicionalidades, bem como os repasses do IGD no ano de 2018.

3.5 Procedimentos de coleta e de análise de dados

A coleta de dados aconteceu no mês de abril, onde foi entregue pessoalmente os questionários aos gestores da Assistência Social, da Saúde e da Educação nos respectivos locais de trabalho de cada um, sendo que os mesmos ficaram com os questionários para responder em um outro momento e posteriormente entregaram os mesmos ao aplicador.

Após receber os questionários, analisou as respostas dadas pelos gestores sobre quais as principais dificuldades que eles encontram para que as famílias saibam que descumpriram as condicionalidades, os principais motivos dessas faltas, com que frequência os gestores realizam reuniões, os desafios que eles enfrentam perante as condicionalidades e quais ações estão sendo realizadas para mudar que as famílias cumpram as condicionalidades.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

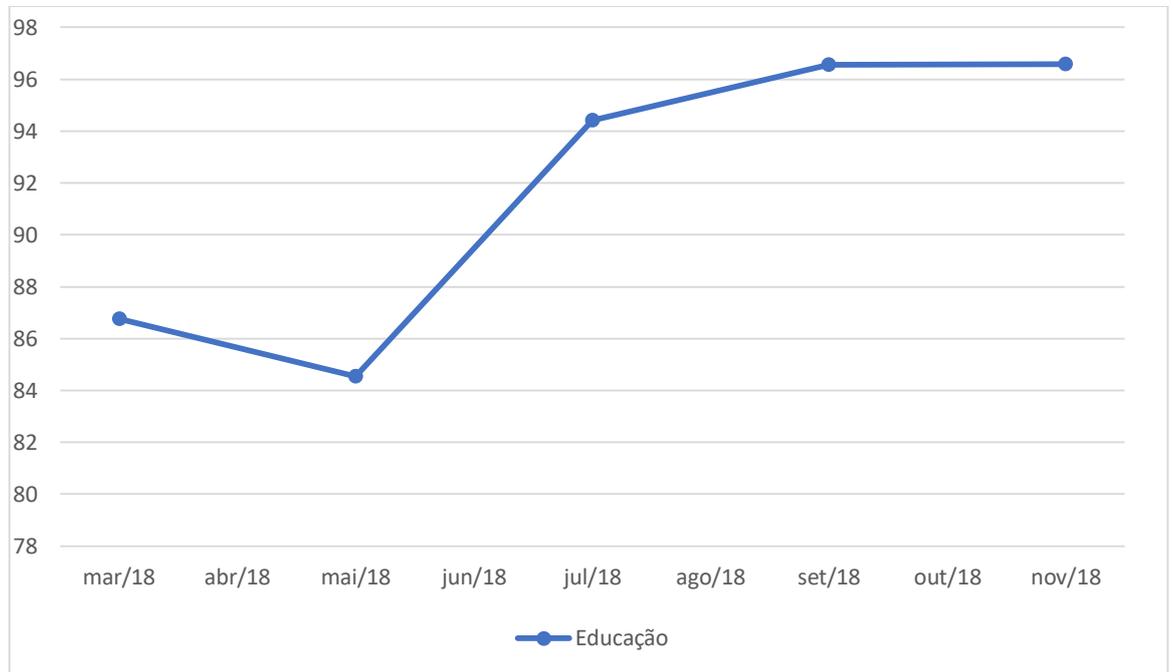


GRÁFICO 1 - Acompanhamento das condicionalidades de educação - público de 6 a 17 anos (%)
Fonte: BRASIL



GRÁFICO 2 - Acompanhamento das condicionalidades de saúde - gestantes e crianças de 0 a 7 anos (%)
Fonte: BRASIL

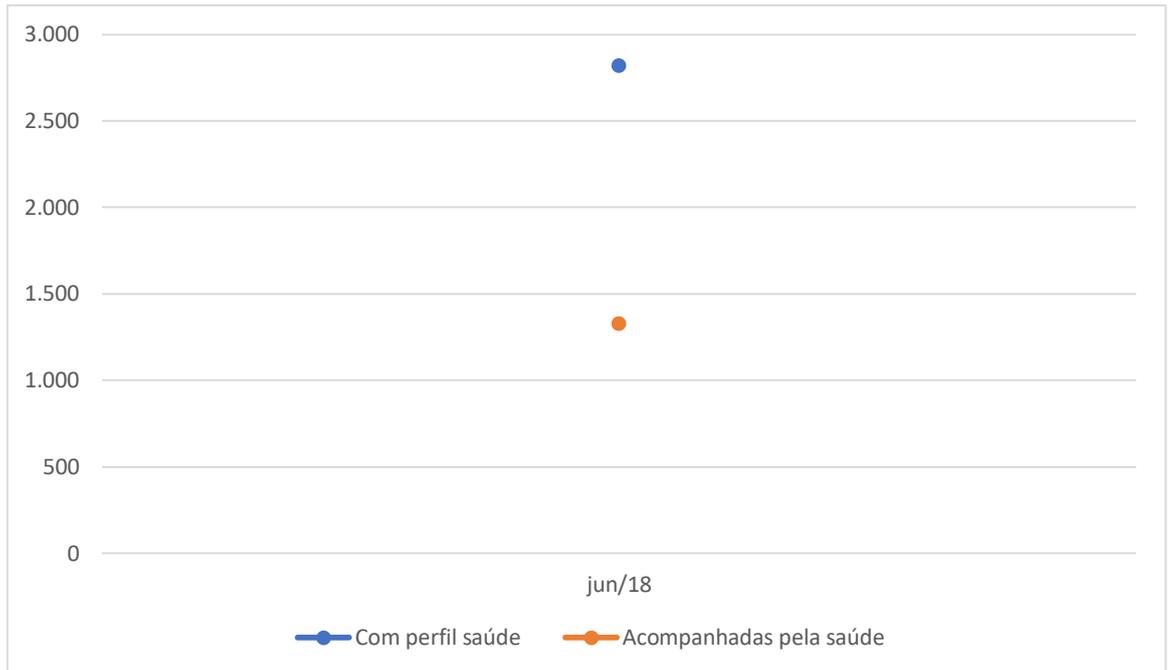


GRÁFICO 3 - Acompanhamento das condicionalidades de saúde - gestantes e crianças de 0 a 7 anos (%)
Fonte: BRASIL

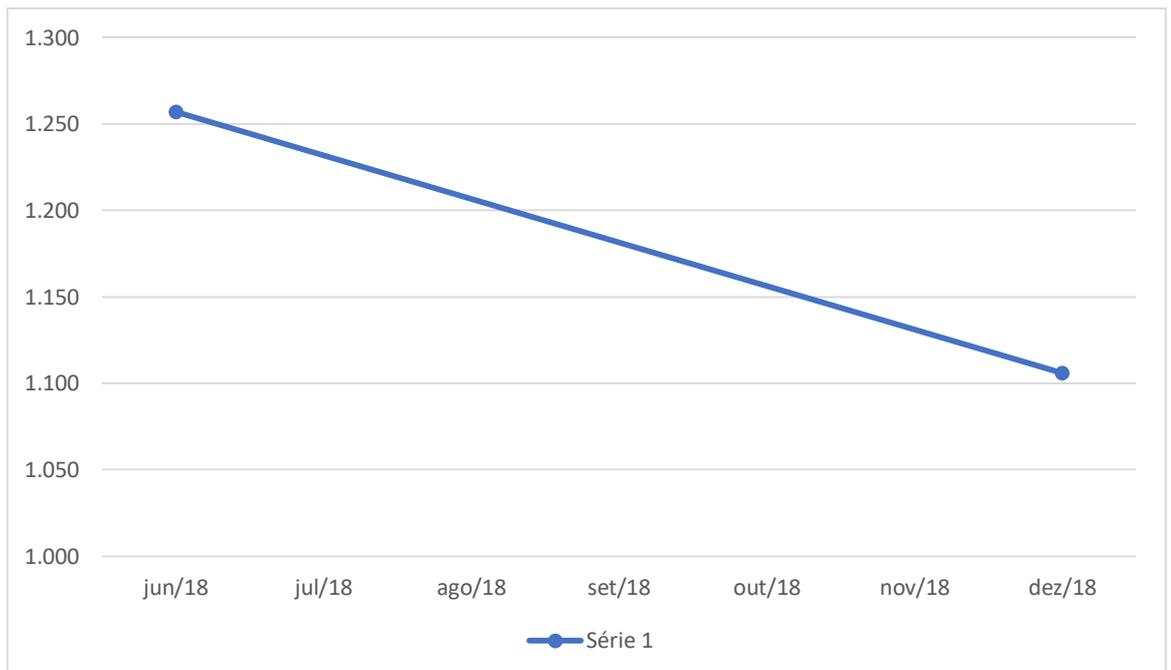


GRÁFICO 4 - Quantidade de crianças de 0 a 6 anos acompanhadas pela saúde
Fonte: BRASIL

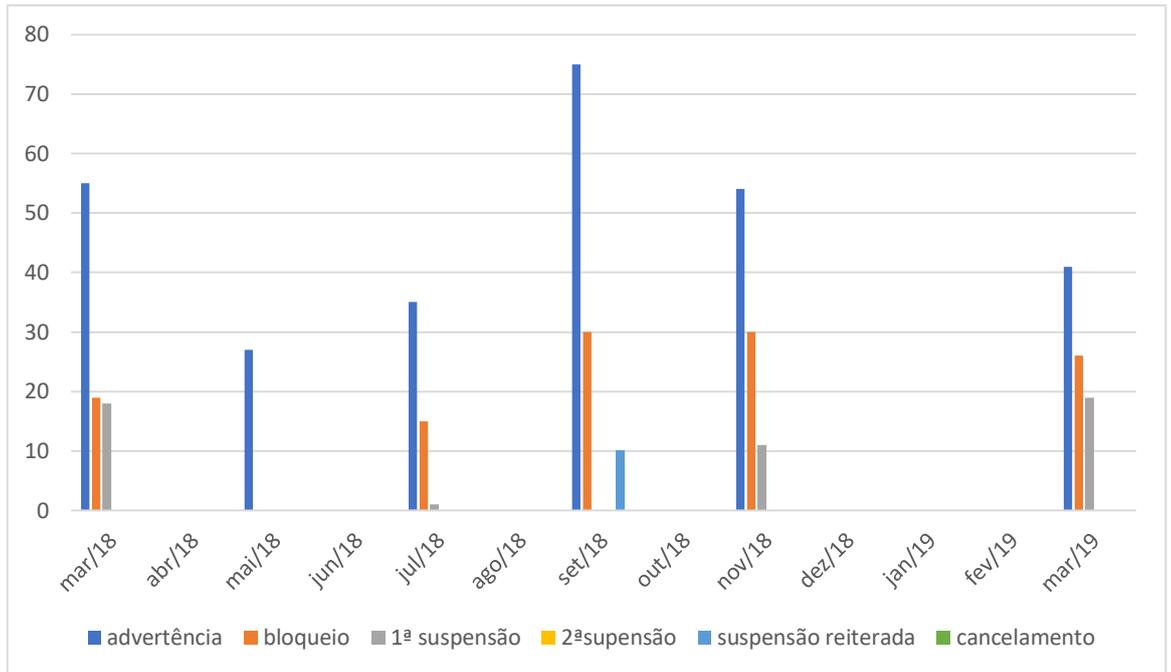


GRÁFICO 5 - Número de repercussões por tipo de repercussão (6 a 15 anos)
Fonte: BRASIL

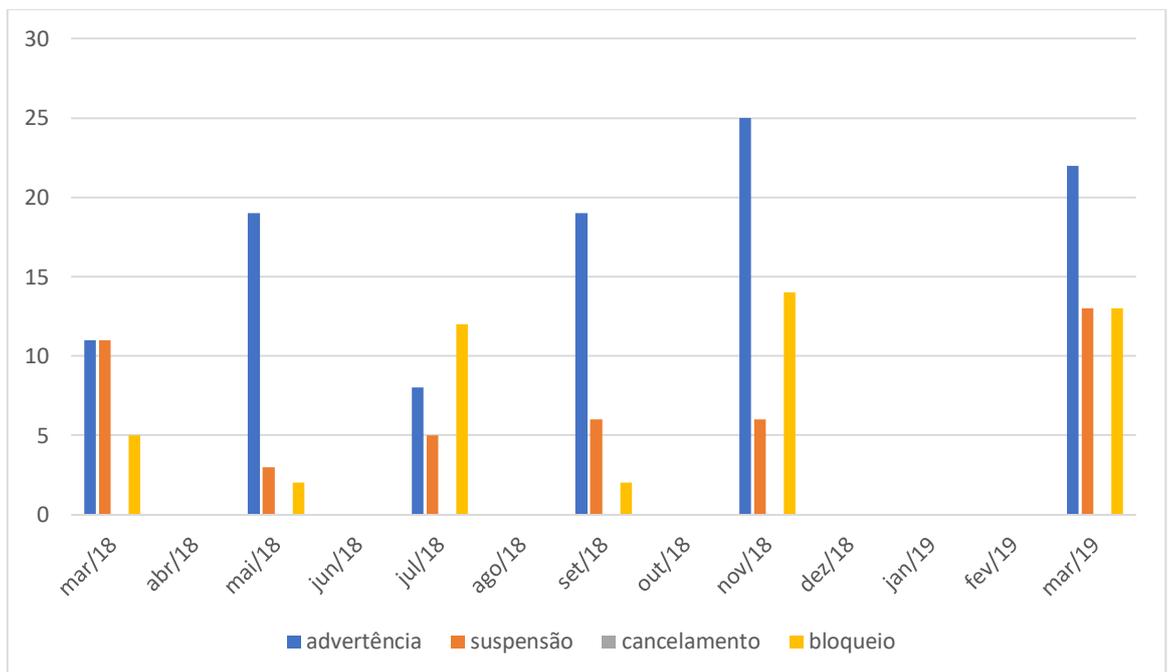


GRÁFICO 6 - Número de repercussões por tipo de repercussão (16 e 17 anos)
Fonte: BRASIL

De acordo com o gráfico 1 96,59% das crianças e adolescentes de 6 à 17 anos cumpriram as condicionalidades da educação, no entanto, o gráfico 2 mostra que apenas 47,15% das gestantes e crianças de 0 à 7 anos fizeram o acompanhamento da saúde. Conforme o gráfico 3 no mês de junho de 2018 havia 2.820 gestantes e crianças e adolescentes para serem acompanhadas pela saúde, porém apenas 1.330 fizeram este acompanhamento. No mês de

dezembro de 2018 houve uma queda no acompanhamento da saúde das crianças de 0 a 6 anos, pois no mês de junho foram realizados 1.257 acompanhamento e no mês de dezembro 1.106. Através do gráfico 5 observou-se que no mês de setembro houve um grande aumento de bloqueios dos benefícios de crianças e adolescentes de 6 a 15 anos em virtude do não cumprimento das condicionalidades e nos meses de novembro e março de 2019 houve um aumento no número de suspensões desse benefícios. De acordo com o gráfico 6 percebe-se que desde o mês de julho de 2018 está acontecendo um aumento das suspensões dos benefícios do adolescentes de 16 e 17, tendo um aumento ainda mais acentuado no mês de março de 2019.

A partir dos dados coletados nos questionários verificou que há várias dificuldades para que as famílias cumpram as condicionalidades do PBF, pois elas são informadas que descumpriram as condicionalidades por meio de carta, visita domiciliar e telefone e muitas vezes a família mudou o número do telefone e não atualizou seu novo número no Cadastro Único, dificultando essa comunicação. Outro problema enfrentado é que as famílias mudam de endereço e não atualizam no cadastro o novo endereço. Além disso, vários bairros do município não funciona o serviço dos correios para entrega de correspondência, desta forma a família não recebe a carta enviada pelo MDS.

Os gestores informaram que a maioria das famílias que caem em descumprimento das condicionalidades alegam que os filhos estão frequentando a escola normalmente, já outras caem nas condicionalidades por conta de gravidez na adolescência, daí a adolescente fica com vergonha de voltar a estudar, outras vezes não tem com quem deixar o bebê para ir à escola. Há também aqueles adolescentes que não querem mais frequentar a escola e a família não consegue mais fazer com que ele vá à aula e por motivos de doença também, seja do aluno ou alguém da família.

Conforme foi respondido no questionário, os gestores não realizam reuniões com tanta frequência para discutir as estratégias para aumentar a frequência das crianças e adolescentes nas escolas e o acompanhamento da saúde das famílias beneficiárias do PBF. Essas reuniões acontecem mais quando um dos gestores está com alguma dificuldade e reúne com outros para chegar a um denominador comum para tentar melhorar o número dos descumprimentos.

De acordo com os gestores, na condicionalidades da educação o município não encontra muitos problemas no cumprimento das condicionalidades, uma vez que a taxa de cumprimento da educação é de 96,59%, mas ainda precisa realizar ações para diminuir as taxas de suspensões dos benefícios que são causadas pela falta de informação das crianças e adolescentes na rede de ensino, uma vez que após a suspensão estes benefícios podem ser cancelados se as famílias descumprirem as condicionalidades mais um vez no próximo semestre.

No entanto, a taxa de descumprimento das condicionalidade da saúde está muito baixa, onde o município precisa atingir no mínimo 30% das famílias que necessitam do acompanhamento da saúde para continuar recebendo o recurso do IGD, sendo que este deve ser utilizado para melhorar a prestação de serviços no Cadastro Único e no PBF e para implantar ações, cursos para os beneficiários do programa.

Em relação aos cumprimentos das condicionalidades da saúde, os gestores alegam que as famílias não procuram as unidades de saúde para realizar o acompanhamento, porém deve haver uma busca ativa desse beneficiários por parte dos agentes de saúde para que eles possam ser informados da importância desse acompanhamento da saúde. Outro desafio é a quantidade de agentes de saúde que o município possui, não conseguindo abranger todas as famílias, em especial as beneficiárias do programa.

Os gestores relatam que vem realizando ações para o cumprimento das condicionalidades, como mutirões que eles realizam no município e nas aldeias, que é de difícil acesso para que os indígenas possam estar vindo na cidade atualizar seus cadastros, ter um acompanhamento da saúde e realizam a conferência da caderneta de vacinação para verificar se as vacinas estão em dia. Além destas ações, eles também realizam palestras nas escolas, durante as reuniões com os pais do alunos para falar sobre as condicionalidades do programa e o que acarreta o seu descumprimento.

CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

Este estudo teve como objetivo analisar as ações que os gestores municipais de Barra do Garças estão realizando para que as famílias cumpram as condicionalidades do PBF. Buscou pesquisar quais os principais desafios encontrados pelos gestores para que as famílias cumpram as condicionalidades, as taxas de descumprimentos do ano de 2018, as dificuldades encontradas na comunicação com as famílias e a interação dos gestores da Saúde, Assistência Social e Educação a fim de solucionar tais problemas.

Em relação as condicionalidades da Educação, pode-se perceber que o município está conseguindo realizar ações para que as famílias cumpram as condicionalidades do PBF, uma vez que a taxa de cumprimento municipal é 96,59%, estando acima da média nacional que é 93,81%. Porém ele pode melhorar em relação aos benefício que estão em fase de suspensão, pois os mesmos podem ser cancelados caso as famílias continuem descumprindo as condicionalidades da educação.

Já as condicionalidades da saúde estão com uma taxa abaixo da média nacional que, enquanto a média nacional é 77,15%, o município possui uma taxa de 47,15%, necessitando de ações que realizem uma busca ativa desse beneficiários, através dos agentes de saúde do município, a fim de conscientizar estas famílias da importância do acompanhamento da saúde destas famílias. As famílias também devem ser informada que, quando houver alguma gestante no quadro familiar, ao realizar o acompanhamento da saúde, a mesma passara a receber o benefício variável gestante, que muitas vezes é desconhecido da maioria dos beneficiários.

Desta forma observou-se que os gestores precisam desenvolver ações para informar as pessoas sobre as condicionalidades do programa, sua importância e quais as consequências que podem ocorrer quando não cumpridas, onde as mesmas podem ter seus benefícios bloqueados, suspensos e até cancelados caso não cumpram as condicionalidades. Estas ações devem ser intensificadas com relação as condicionalidades da saúde, explicando para as famílias a importância de manter o peso, a altura, a caderneta de vacinação em dia e as gestantes realizarem o pré-natal.

Observou-se também que o município possuía no mês de setembro do ano de 2018 dezenove famílias com o benefício suspenso, dessas, apenas duas famílias estavam sendo acompanhadas pela Assistência Social no Sicon. O município poderia está fazendo o acompanhamento de uma quantidade maior de famílias, desta forma, haveria a interrupção dos efeitos do descumprimento enquanto a família é atendida pela equipe de referência do CRAS, evitando que se agrave a situação de vulnerabilidade enfrentada pela família.

Por fim, este trabalho analisou as ações que os gestores estão realizando a fim de diminuir as condicionalidades do PBF deixando pra um próximo trabalho a visão dos beneficiários do programa sobre as condicionalidades, o grau de conhecimento que eles têm sobre elas e os motivos que levam os mesmos a não cumprirem, podendo muitas vezes estarem enfrentando situações de vulnerabilidade, impedindo-os de cumprirem as mesmas.

REFERÊNCIA

AGATTE, J. P.; XIMENES, D. A. A gestão das condicionalidades do Programa Bolsa Família: uma experiência intersetorial e federativa. Brasília, DF, v. 5 n. 1, p.11-19, jul./dez. 2011.

BRASIL. Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004. Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 12 jan. 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.836.htm. Acesso em: 18 de Março de 2019.

BRASIL, Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007. Dispõe sobre o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 27 jun. 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6135.htm. Acesso em 18 de Março de 2019.

BRASIL. Instrução Operacional nº 91/2018/SENARC/MDS. Assunto: Estabelece os calendários do exercício de 2018 para o acompanhamento das condicionalidades de saúde e de educação, a aplicação de efeitos e os recursos administrativos por descumprimento das condicionalidades do Programa Bolsa Família (PBF). Brasília, 27 fev. 2019. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/legislacao/bolsa_familia/instrucoes_operacionais/2018/I_On_91_2018_DECON_calendario_saude_educacao_2018.pdf.

BRASIL. Decreto 9.396, de 30 de maio de 2018. Altera o Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004, e o Decreto nº 7.492, de 2 de junho de 2011, para reajustar valores referenciais de caracterização das situações de pobreza e de extrema pobreza e os de benefícios do Programa Bolsa Família. Brasília, 01 jul. 2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Decreto/D9396.htm

BRASIL. Decreto nº 5.209 de 17 de setembro de 2004. Regulamenta a Lei no 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família, e dá outras providências. Brasília, 17 set. 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5209.htm

Caixa Econômica Federal. (2018) Bolsa Família. Disponível em: <http://www.caixa.gov.br/programas-sociais/bolsa-familia/Paginas/default.aspx>.

CARVALHO, E. C. G. O. As influências do programa bolsa família na trajetória escolar dos alunos beneficiários. Brasília, 2014.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2016). Catálogo. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101388>.

LIMA, L. P.; ZANGIROLANI, L. T. O. Programa Bolsa Família: perfil, ações intersetoriais e percepção dos gestores de serviços, em um estudo de caso nos Morros de Santos. Demetra; 11(supl.1); 1297-1315; 2016.

Ministério do Desenvolvimento Social. (2015). IGD. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/gestao-do-programa/igd/igd>.

Ministério do Desenvolvimento Social. (2018). Relatórios de Informações Sociais. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/RIv3/geral/index.php?relatorio=153&file=entrada>.

Ministério do Desenvolvimento Social. Bolsa Família e Cadastro Único no seu município. (2018). Disponível em: <http://mds.gov.br/bolsafamilia>.

Ministério do Desenvolvimento Social. Bolsa Família e Cadastro Único no seu município. (2015). Disponível em: Benefícios. <http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/o-que-e/beneficios>.

Ministério do Desenvolvimento Social. Manual do Índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único. (2018). Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/bolsa_familia/Guias_Manuais/ManualIGD.pdf

Prefeitura Municipal de Barra do Garças. História do Município. Disponível em:<http://www.barradogarcas.mt.gov.br/pagina/8/Historia-do-Municipio/>.

PIRES, A. Afinal, para que servem as condicionalidades em educação do Programa Bolsa Família? Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v. 21, n. 80, p. 513-532, 2013.

Apêndice A – Questionário 1

Prezada Gestora: Sou aluna do Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal, da Universidade de Brasília, na modalidade Universidade Aberta do Brasil – UAB e estou aplicando este questionário para auxiliar no meu Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, como requisito da disciplina de Monografia.

O objetivo da pesquisa é analisar quais os principais desafios encontrados pela gestão municipal no cumprimento das condicionalidades da educação e saúde do Programa Bolsa Família e quais ações os gestores públicos municipais estão realizando para que as famílias cumpram estas condicionalidades. As informações serão tratadas com sigilo.

Agradeço a sua colaboração,

Cleuneolice Ferreira Paula

1. Quais os principais motivos das faltas das crianças e adolescentes que as escolas lançam no sistema presença?

2. Os gestores da assistência social, saúde e educação realizam reuniões para discutir as taxas de cumprimento destas condicionalidades pelas famílias? Se sim, com que frequência?

3. Quais os principais desafios que o município enfrenta para que as famílias cumpram as condicionalidades da educação?

4. Quais as ações que estão sendo realizadas para que as famílias beneficiárias do PBF cumpram as condicionalidades da educação?

Apêndice B – Questionário 2

Prezada Gestora: Sou aluna do Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal, da Universidade de Brasília, na modalidade Universidade Aberta do Brasil – UAB e estou aplicando este questionário para auxiliar no meu Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, como requisito da disciplina de Monografia.

O objetivo da pesquisa é analisar quais os principais desafios encontrados pela gestão municipal no cumprimento das condicionalidades da educação e saúde do Programa Bolsa Família e quais ações os gestores públicos municipais estão realizando para que as famílias cumpram estas condicionalidades. As informações serão tratadas com sigilo.

Agradeço a sua colaboração,

Cleuneolice Ferreira Paula

1. Quais as principais dificuldades que você encontra para que as famílias cumpram as condicionalidades da saúde?

2. Os gestores da assistência social, saúde e educação realizam reuniões para discutir as taxas de cumprimento destas condicionalidades pelas famílias? Se sim, com que frequência?

3. Quais as ações que estão sendo realizadas para que as famílias beneficiárias do PBF cumpram as condicionalidades da saúde?

Apêndice C – Questionário 3

Prezada Gestora: Sou aluna do Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal, da Universidade de Brasília, na modalidade Universidade Aberta do Brasil – UAB e estou aplicando este questionário para auxiliar no meu Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, como requisito da disciplina de Monografia.

O objetivo da pesquisa é analisar quais os principais desafios encontrados pela gestão municipal no cumprimento das condicionalidades da educação e saúde do Programa Bolsa Família e quais ações os gestores públicos municipais estão realizando para que as famílias cumpram estas condicionalidades. As informações serão tratadas com sigilo.

Agradeço a sua colaboração,

Cleuneolice Ferreira Paula

- Como as famílias são comunicadas que descumpriram as condicionalidades do PBF? Quais as dificuldades que vocês encontram nessa comunicação?

- Quais os principais motivos das faltas das crianças e adolescentes que as escolas lançam no sistema presença?

- Os gestores da assistência social, saúde e educação realizam reuniões para discutir as taxas de cumprimento destas condicionalidades pelas famílias? Se sim, com que frequência?

- Quais os principais desafios que o município enfrenta para que as famílias cumpram as condicionalidades da educação?

- Quais as ações que estão sendo realizadas para que as famílias beneficiárias do PBF cumpram as condicionalidades da educação?
